

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Eletrobras consegue privatizar Amazonas Energia em leilão	2
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	3
Título: Liminar tenta barrar leilão	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Eletrobras vende distribuidora no AM, mas liminar suspende resultado	4
Título: Amazônia brasileira abriga 453 garimpos ilegais, mostra estudo	6
Título: BNDES mira FGTS e Nordeste para oferecer taxas mais baixas a empresas	10
Título: Temer lança plano de longo prazo para que país contribua com Acordo de Paris	13
Título: Pós-eleição, Nordeste tem cortes e ‘tarifaço’	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Eletrobrás vende Amazonas Energia	16
Título: Futuro ministro de Minas e Energia diz que concluir Angra 3 é prioridade	19
Título: Em ano de eleição, chineses fazem só 28% dos aportes projetados no Brasil	20
Título: Megaleilão do pré-sal pode ficar para junho.....	22
Título: Megaleilão do pré-sal pode ficar para junho.....	23
VEÍCULO: Valor Econômico.....	25
Título: BBCE quer antecipar derivativos para 2019	25
VEÍCULO: Valor Econômico.....	28
Título: Equipe de Bolsonaro confia no TCU para garantir leilão de cessão onerosa	28
VEÍCULO: Valor Econômico.....	30
Título: Cessão onerosa está na pauta do Senado	30
VEÍCULO: Valor Econômico.....	31
Título: Eletrobras vende Amazonas Energia para Norte Oliveira.....	31
VEÍCULO: Valor Econômico.....	33
Título: Statkraft assume ativos da EDP e planeja expansão	33

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/12/2018****Seção: Editorial****Autor: RAMONA ORDOÑEZ****Título: Eletrobras consegue privatizar Amazonas Energia em leilão**

Subsidiária com dívidas de R\$ 16 bi é vendida por valor simbólico: R\$ 50 mil

Após vários adiamentos e ações na Justiça, o governo federal conseguiu vender ontem a Amazonas energia, a mais problemática das seis distribuidoras de energia elétrica deficitárias da Eletrobras nas regiões Norte e Nordeste. A unidade foi arrematada pelo Consórcio Oliveira energia/Atem, sem disputa, que vai pagar o valor simbólico de R\$ 50 mil, mas terá que fazer novos investimentos, no valor de R\$ 491,4 milhões.

Para o presidente da Associação Nacional dos Consumidores de energia (Anace), Carlos Faria, a privatização da Amazonas energia favorece consumidores de todo o país, já que o custo do déficit de distribuidoras deficitárias pesa nas contas de luz de todo o país. As dívidas da distribuidora são estimadas em R\$ 16 bilhões, principalmente por conta da compra de combustível junto à BR Distribuidora.

A Eletrobras vai assumir R\$ 13 bilhões desses débitos. — Privatizar era preciso. Com essa dívida, era uma empresa falida, que só não fechou por ser estatal. De imediato, será um alívio para o caixa da Eletrobras e dos consumidores, ao estancar a sangria que representava—disse Faria.

O Consórcio Oliveira energia/ Atem, o único a apresentar proposta, opera nos Sistemas Isolados no Norte do país e já havia vencido o leilão pela Boa Vista energia, realizado em agosto último. A Amazonas energia atende 897 mil consumidores em 62 municípios do Amazonas. É a quinta das seis distribuidoras a ser vendida pela Eletrobras. O leilão da última, a Companhia Energética de Alagoas (Ceal), está marcado para o próximo dia 19..

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 11/12/2018**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Liminar tenta barrar leilão

A Amazonas Energia, empresa responsável pela distribuição de energia no estado da Região Norte, foi arrematada pelo consórcio Oliveira Energia/Atem na tarde de ontem, em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). No entanto, uma liminar concedida a uma ação movida pelos trabalhadores da Eletrobras, anunciada após a batida do martelo, colocou em dúvida a validade do negócio.

A liminar, concedida pelo desembargador Marcos de Oliveira Cavalcante, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, suspende os efeitos do leilão da empresa, uma das seis distribuidoras da Eletrobras que o governo colocou à venda. A decisão vale também para o leilão da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), marcado para 19 de dezembro, até que um órgão especial do TRT examine ambos os casos. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., lembrou que tem havido um vai e vem de decisões judiciais a respeito da venda dos ativos da estatal e indicou que a empresa deve recorrer da decisão.

O consórcio Oliveira Energia/Atem foi o único ofertante no leilão da Amazonas Energia e venceu com o lance mínimo de R\$ 50 mil. O grupo, porém, assumirá uma dívida de R\$ 2,2 bilhões e terá que fazer um aumento de capital de R\$ 491 milhões na empresa, além de investir R\$ 2,7 bilhões ao longo de cinco anos. O governo defende a privatização para melhorar a prestação dos serviços. A Amazonas Energia atende 897 mil consumidores em 62 municípios do estado.

O leilão já havia sido suspenso por uma liminar na última sexta-feira, mas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região cassou a decisão. O presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria, considerou positiva a privatização, pois, segundo ele, a Amazonas acumulava prejuízos e cobrava as tarifas mais altas da região. “Essas distribuidoras viraram cabides de emprego, e os serviços são de baixa qualidade”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 11/12/2018****Seção: Mercado****Autor: Tais Hirata****Título: Eletrobras vende distribuidora no AM, mas liminar suspende resultado**

Único concorrente, consórcio Oliveira/Atem, formado por empresas locais, ofereceu lance mínimo

São Paulo- A Eletrobras vendeu, nesta segunda-feira (10), sua distribuidora de energia no estado do Amazonas, em um leilão sem competição e marcado por disputas judiciais que seguem em aberto.

O vencedor foi o consórcio Oliveira/Atem, único grupo a participar da concorrência, realizada em São Paulo, na sede da B3. As empresas têm forte atuação no estado: o grupo Oliveira na área de geração de energia, e a Atem, em distribuição de combustíveis.

Esse mesmo consórcio havia vencido o leilão de outra distribuidora da Eletrobras, em Roraima, em leilão realizado em agosto deste ano.

Nesta segunda, o grupo venceu com o lance mínimo: não ofereceu nenhum desconto na tarifa do consumidor e pagará um valor simbólico de R\$ 50 mil à Eletrobras.

Em contrapartida, terá de fazer um aumento de capital de R\$ 491 milhões na distribuidora, investimentos de R\$ 2,7 bilhões nos primeiros cinco anos e assumir uma dívida de R\$ 2,2 bilhões.

"A dívida não é de curto prazo, isso vai se encaixar no fluxo de caixa da empresa", afirmou Thais Prandini, diretora-executiva da consultoria Thymos energia, que assessorou o consórcio vencedor.

"Essas duas empresas conhecem bastante a região. Acho que esse é um grande diferencial. Além dessas, há três outras empresas interessadas em entrar no consórcio [nos próximos meses] ", disse.

O leilão, no entanto, termina com uma pendência judicial: logo após o martelo ser batido pela empresa vencedora, uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região suspendeu provisoriamente a eficácia do certame.

O desembargador atendeu um pedido de sindicatos de funcionários da Eletrobras que tentaram impedir a privatização das companhias e que exigiram, na ação, estudos de impacto trabalhista da venda da empresa.

Representantes da Eletrobras e do BNDES presentes na B3 foram informados da decisão pela imprensa e disseram que ainda não haviam sido notificados, mas sinalizaram que o resultado da concorrência não seria revisto.

"O leilão foi realizado com a grata vitória do proponente. Está realizado o processo", afirmou Rodolfo Torres, superintendente da área de desestatização do BNDES.

Ricardo Brandão, consultor jurídico da Eletrobras, diz que a empresa já foi alvo de outras 50 ações contra a venda das distribuidoras e que sempre foram enfrentadas "com muita tranquilidade". "Outras decisões foram sempre suspensas."

Para representantes da Garcez Advocacia, escritório responsável pela ação, a decisão trava o leilão desta segunda.

Antes disso, o ministro de Minas e energia, Moreira Franco (MDB-RJ), havia comemorado o resultado.

"O maior desafio que nós tínhamos em relação a essas distribuidoras [da Eletrobras] era justamente a [venda] da Amazonas energia, que é a que dá mais prejuízo, que presta o pior serviço", afirmou.

A privatização da companhia do Amazonas tem sido a mais complexa para a estatal.

Além das tentativas judiciais de impedir o leilão, o governo teve que lançar mão de diferentes recursos para garantir que a venda da empresa fosse atrativa ao setor privado.

O motivo é a péssima situação financeira da distribuidora, que tem um alto nível de endividamento e acumula resultados operacionais negativos nos últimos anos.

Desde o fim do ano passado, o governo tentava aprovar no Congresso uma lei que permitiria transferir à conta de luz dos consumidores passivos bilionários da empresa.

Desde então, viu fracassar as votações de uma medida provisória e de um projeto de lei, o que levou a sucessivos adiamentos do leilão.

Recentemente, o governo publicou uma nova medida provisória autorizando que consumidores paguem dívidas bilionárias da empresa —o texto, porém, ainda não foi aprovado pelo Congresso.

"A expectativa é que a MP seja aprovada", afirmou Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobras.

A estatal já havia aceitado absorver outros R\$ 13 bilhões de passivos da Amazonas energia para viabilizar a privatização.

Caso a distribuidora não fosse vendida, a empresa teria que ser extinta. Nesse cenário, considerado o pior possível pelas autoridades do setor, uma empresa teria que ser contratada provisoriamente para garantir a prestação do serviço, os funcionários seriam demitidos e os passivos bilionários ficariam com a controladora, a Eletrobras.

Além da Amazonas energia, ainda resta à Eletrobras vender sua distribuidora em Alagoas —cujo leilão está marcado para aproxima quarta-feira (19).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Fernando Moraes

Título: Amazônia brasileira abriga 453 garimpos ilegais, mostra estudo

Foco da pesquisa são as atividades ilícitas desenvolvidas em unidades de conservação e territórios indígenas

São Paulo- O Brasil tem 453 garimpos ilegais na Amazônia, de acordo com mapa inédito apresentado nesta segunda-feira (10) pela Raisg (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada). Em todo o bioma — que se espalha por nove países, em quase 7 milhões de km² — são mais de 2.500.

Enquanto a Venezuela lidera o ranking amazônico dessa atividade predatória, com 1.899 garimpos clandestinos, o Brasil ocupa o primeiro posto entre os países que mantêm a atividade ilegal dentro de terras indígenas, com 18 casos entre os 37 identificados, e em áreas de conservação.

Esse quadro pode se agravar em breve. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, tem defendido que as populações indígenas tenham o direito de explorar as suas terras. Ele também já sugeriu que índios possam receber royalties sobre a extração de minérios nas reservas.

Neste domingo (8), após muita polêmica e indefinição, Bolsonaro anunciou o futuro ministro do Meio Ambiente que terá que enfrentar o problema: Ricardo Salles. Ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), se notabilizou por críticas ao MST.

"O objetivo do mapa é mostrar a abrangência transnacional do garimpo ilegal na Amazônia, em geral praticado por grupos à margem da lei e que gera prejuízos à floresta, aos rios, aos índios e às populações tradicionais", explica Alicia Rolla, geógrafa do ISA (Instituto Socioambiental), que coordena a Raisg.

Além de Venezuela, com 1.899 garimpos ilegais, e Brasil, com 453, o mapa aponta 134, no Peru, e 68, no Equador.

Para chegar ao resultado, os pesquisadores agregaram conhecimentos de diversas fontes, como estudos técnicos, informações de parceiros locais, notícias da imprensa de cada país e análises de imagens de satélites. "Trabalhamos por cerca de um ano e meio no projeto", diz a geógrafa.

O mapa mostra 2.312 pontos e 245 áreas de garimpo ou extração de minerais como ouro e diamantes. "Conceitualmente, "pontos" e "áreas" são a mesma coisa, mas as "áreas" são aqueles garimpos cuja extensão determinamos por meio de sensoriamento remoto".

Além disso, foram mapeados 30 rios afetados pela atividade extrativista ou pela entrada de máquinas, insumos e saída de minerais. Na Colômbia e na Bolívia, as unidades de análise foram os rios, razão pela qual não aparecem quantificados como pontos.

Segundo Roberto Cabral, coordenador de operações de fiscalização do Ibama, o garimpo ilegal provoca a "destruição da cobertura vegetal da floresta. Na Amazônia, a maioria dos garimpos segue o curso d'água, assim, a exploração derruba os barrancos, muda o curso de rios e arrasa igarapés. Além disso, o mercúrio utilizado na atividade se propaga pelo rio".

Para Alicia Rolla, o mapa permitirá que os órgãos ambientais delineiem estratégias de intervenção mais articuladas, "pois ele possibilita ver toda uma região, e não apenas garimpos isolados".

Ela também cita a possibilidade de incrementar a cooperação internacional no combate a esse crime. Dá como exemplo a extração mineral realizada nas terras ianomâmi no Brasil e na Venezuela.

"Quando ocorre uma ação fiscalizadora no lado brasileiro, os garimpeiros fogem para o lado venezuelano e voltam depois. Esse mapeamento pode servir de base para orientar uma necessária articulação internacional para coibir a mineração ilegal".

"Trata-se de uma atividade não só ilegal como impossível de ser legalizada", diz Cabral, sobre os garimpos em terras indígenas e áreas de conservação.

Além de liderar o ranking, a Venezuela também é o local onde a mineração produz mais tensão social. A criação em 2016 do chamado Arco Mineiro do Orinoco, localizado na bacia desse rio, deflagrou conflitos armados na região. Estima-se que mais de cem pessoas morreram em confrontos desde 2016.

"Trata-se de uma área imensa, que ocupa 12% da Amazônia venezuelana", diz Gustavo Faleiros, coordenador do InfoAmazônia, que produziu, em parceria com a Raisg, um "storymap", forma de apresentação que expõe dados do mapa de maneira interativa.

"O governo mapeou as zonas de existência de minérios para fazer concessões e parcerias com a iniciativa privada. Só que já existiam mineiros ilegais nessa área e, a partir do decreto de criação [do Arco Mineiro], o exército foi enviado para retomar algumas delas", diz.

A investida do governo venezuelano sobre a área é vista como uma tentativa, após a queda de preço do petróleo, de arrecadar recursos com a exploração do ouro, cujo valor de mercado aumentou muito na última década.

No Brasil, a valorização do metal, de 149% desde 2010, com o grama valendo na última sexta R\$ 15 5,23 — é apontada como uma das razões para o recrudescimento do garimpo ilegal na Amazônia nacional, com polo minerador na região do rio Tapajós.

Ali, a exploração data do final da década de 1950, diz Maurício Torres, da Universidade Federal do Pará.

Inicialmente todo o trabalho era feito de forma artesanal e manual. Segundo Torres, uma peculiaridade da região permitiu que, de início, as mineradoras não se sobrepujassem aos garimpeiros.

"O ouro ali está distribuído numa área imensa. Assim, se uma mineradora controlasse um ponto, o garimpeiro só precisava ir para o terreno ao lado. Isso, em certa medida, deu ao garimpo uma situação democrática e nacional".

Com o esgotamento do ouro superficial, explorado pelos primeiros garimpeiros, a região do Tapajós viu a chegada das mangueiras bico-jato. Nessa técnica, água pressurizada é utilizada para o desmonte de barrancos. A lama resultante é então filtrada para a extração do metal. A prática produz grandes crateras.

"Isso já tornou possível algum controle do acesso ao ouro pelos donos de garimpo", pelos gastos para comprar a máquina e combustível.

A partir de 2008, diz Torres, a situação muda drasticamente com a chegada de retroescavadeiras hidráulicas (PCs) e de dragas escariantes, com um poder de destruição ambiental avassalador.

"A grande transformação da região ocorreu com a chegada das PCs. Elas geram um impacto ambiental insano. Eu arriscaria dizer que a alteração da cobertura florestal foi maior nos últimos 10 anos do que nos 50 anteriores."

Isso também produziu uma concentração econômica e de controle dos garimpos inéditas. Uma PC custa aproximadamente R\$ 500 mil.

Nesse contexto, diz Torres, é muito importante diferenciar o garimpeiro do dono do garimpo. "O garimpeiro, em geral, é um peão, um trabalhador rural, um ribeirinho, é alguém que luta para sobreviver. O bandido é o dono do garimpo. No entanto, persiste a ideia de que o garimpeiro é o demônio. Quase todas as ações só atacam a ponta da cadeia, investem contra o garimpo. Isso não funciona."

A chegada das PCs no Tapajós se deu com o aumento da cotação do preço do ouro. "A partir dos anos 1990, com abertura da antiga União Soviética, injetou-se muito ouro no mercado e o preço caiu. Desde a crise econômica de 2008, o ouro se fortaleceu de novo. A partir daí a relação do preço do ouro com o preço do diesel passou a compensar."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 10/12/2018**Seção:** Colunas**Autor:** Mariana Carneiro e Julio Wiziack**Título:** BNDES mira FGTS e Nordeste para oferecer taxas mais baixas a empresas

Banco público tenta ampliar atuação para competir com Caixa e bancos estatais regionais

Brasília- A três semanas do fim do governo Michel Temer, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) busca maneiras de voltar a operar com taxas de juros mais baixas das praticadas no mercado.

A instituição, com essa medida, quer disputar clientes com a Caixa e outros bancos estatais que fazem empréstimos mais baratos ou subsidiados.

A aposta, segundo pessoas que participam das articulações, é derrubar as barreiras que existem hoje à operação do banco nestas linhas de crédito, deixando aberta a possibilidade de atuação na próxima administração.

Em uma das frentes, o BNDES tenta convencer o Conselho Curador do FGTS (Rendimento Garantido do Tempo de Serviço) a quebrar o monopólio da Caixa como operador único dos recursos do fundo, usado para financiar obras de infraestrutura e saneamento. Hoje, só a Caixa pode emprestar os recursos do FGTS.

Em uma segunda trincheira, o banco costurou apoio de parlamentares para reverter um veto do presidente Michel Temer à medida provisória que o autorizava a fazer empréstimos com juros reduzidos no Norte e no Nordeste.

Esta atribuição é hoje dos bancos regionais estatais Basa (Norte) e BNB (Nordeste), autorizados a oferecer empréstimos com recursos dos fundos constitucionais — mais baixos porque são subsidiados.

O Tesouro banca essa diferença de taxas. Neste ano, as despesas com este subsídio devem chegar a R\$ 8,18 bilhões, e a previsão é que subam para R\$ 9,9 bilhões em 2019.

O BNDES quer entrar nesses dois mercados para reverter a fraca demanda por seus empréstimos. O resultado é que ele acumulou dinheiro em caixa. O nível

de capital próprio (conhecido como índice de Basiléia) chegou a 29% em junho—a média dos maiores bancos brasileiros foi de 17,4%.

De janeiro a setembro, o BNDES desembolsou R\$ 43 bilhões, valor muito distante do de anos de pujança (entre 2010 e 2014), quando os desembolsos anuais superaram R\$ 100 bilhões.

O boom do passado fora possível com a injeção de recursos da União no BNDES em cerca de R\$ 500 bilhões, durante os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Foi uma forma de tentar turbinar a atividade e evitar a desaceleração do crescimento econômico, após a crise financeira global.

Desde que Temer chegou à Presidência, no entanto, a ordem tem sido reduzir o tamanho do banco para auxiliar o ajuste fiscal. O banco já devolveu R\$ 310 bilhões, usados para abater a dívida pública, e o acordo é pagar R\$ 26 bilhões por ano até 2040.

A expectativa é que essa política seja mantida no próximo governo, com a chegada de Joaquim Levy ao comando do BNDES. Ex-ministro da Fazenda e ex-secretário do Tesouro, Levy é conhecido pela disciplina fiscal.

Consultado pela Folha sobre os movimentos recentes do banco para avançar sobre as linhas de crédito dos outros bancos estatais, Levy disse que pretende esperar até assumir efetivamente antes de comentar seus planos para a instituição.

O principal argumento a favor é que, se conseguir operar financiamentos com recursos do FGTS, o BNDES poderá ajudar o fundo a destravar projetos que hoje estão represados por causa da escassez de capital próprio da caixa—que vive realidade oposta à do BNDES.

Neste ano, o fundo previu liberar R\$ 6 bilhões em empréstimos para infraestrutura, mas a Caixa só conseguiu fechar cerca de R\$ 1 bilhão.

O segundo argumento, ressaltado por funcionários do BNDES, é que o banco perdeu a capacidade de competir com a chegada da TLP (taxa de longo prazo), em janeiro de 2018. A nova taxa acabou com o crédito subsidiado (pelo Tesouro) oferecido pelo banco.

Com juros mais altos o banco perdeu clientes no Nordeste, como projetos de energia eólica e o financiamento de obras de transporte urbano na Bahia. Os empreendedores optaram pelo BNB, que oferece taxas mais baixas graças aos subsídios.

Enquanto o BNDES opera um juro básico (sem contar as margens bancárias) de 6,5% ao ano, o BNB pode aplicar redutores à TLR que baixam a sua taxa básica a 3,25% ao ano.

A perda de clientes era esperada pelo governo, que queria que o BNDES concentrasse a atuação no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, deixando o Norte e Nordeste para os bancos regionais.

Na votação da medida provisória 812, que ditou as novas regras para o funcionamento dos fundos constitucionais, parlamentares do Nordeste emplacaram uma emenda que concedeu ao BNDES as mesmas condições de operar que os bancos regionais.

Por orientação da Fazenda, Temer vetou o trecho, mas parlamentares do Nordeste articulam a derrubada do veto com a bênção do BNDES.

A equipe de transição, a serviço do futuro superministro da Economia, Paulo Guedes, avalia que a derrubada do veto não é bem-vinda, principalmente porque iria contra avaliação técnica da Fazenda.

Procurado pela Folha, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, negou que a TLP tenha afetado a competitividade do banco. Ele disse que a emenda vetada por Temer não alinharia automaticamente os juros do BNDES aos dos demais bancos estatais que operam no Norte e Nordeste.

"Mesmo que derrubem o veto, [o redutor de TLP] não é obrigatório. Isso dependeria de dotação orçamentária." Ou seja, de previsão orçamentária para o subsídio.

Dyogo acrescentou que já conversou com Guedes e Levy sobre o assunto, e que o veto não deverá mais ser derrubado. "Se for conveniente, pode ser feito a qualquer momento mudando a legislação", disse.

Ele afirmou ainda que a estratégia de operar o FGTS é um "assunto velho" e não houve avanço desde que a proposta foi colocada para o conselho curador.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 11/12/2018**Seção:** Colunas**Autor:** Ana Carolina Amaral**Título:** Temer lança plano de longo prazo para que país contribua com Acordo de Paris

Katowice (Polônia)- O Fórum Brasileiro de Mudança do Clima lançou nesta segunda (10) uma estratégia de longo prazo para as contribuições brasileiras ao Acordo de Paris.

O órgão é presidido pelo presidente da República e tem participação da sociedade civil, universidades, empresas e funcionários de ministérios como Meio Ambiente, Relações Exteriores e Casa Civil.

O documento foi pedido pelo presidente Michel Temer em agosto e define ações-chave para que o Brasil ajude o mundo a zerar suas emissões de gases-estufa em 2050.

A estratégia é baseada em três linhas de ação: zerar o desmatamento ilegal, criar incentivos para proteção florestal e para agricultura de baixo carbono e investir em transportes mais limpos.

"Esse trabalho vai continuar mesmo que chova canivete", anunciou o coordenador do Fórum, Alfredo Sirkis. Indicado por Temer para o cargo, ele conta que o grupo já discutiu estratégias para lidar com o novo governo, que considera deixar o Acordo de Paris.

O futuro ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, indicado ao cargo no domingo (9), disse em entrevista à Folha no mesmo dia que "a discussão se há ou não há aquecimento global é secundária".

Apesar de reações de alívio por Salles não negar a ocorrência do aquecimento global, membros da delegação brasileira na COP-24 se dizem preocupados com um possível dismantelamento da pasta ambiental, que ficaria submetida à Agricultura. "Estamos preparados para diversas contingências", diz Sirkis, para quem é possível manter o trabalho sem a participação do governo federal.

Entre ambientalistas, o receio é de que o novo governo anule o decreto de criação do Fórum. "O novo governo vai demandar capacidade de dialogar; fui deputado com Bolsonaro e tinha relação de cordialidade com ele. Não tenho problema em dialogar com ninguém", diz Sirkis.

Também na segunda o Brasil realizou seu já tradicional evento na COP do Clima, a Plataforma Biofuturo, que busca apoio internacional para a adoção dos biocombustíveis como solução de curto prazo para a transição energética.

A proposta tem que contornar posições contrárias de outras delegações, que consideravam o jogo injusto no mercado internacional, já que só o Brasil teria solo disponível para produzir biocombustível de fontes como soja, milho e cana-de-açúcar sem competir com o plantio de alimentos.

A opção, porém, passou a despertar o interesse de gigantes como Índia e China por causa das novas tecnologias que permitem produzir biocombustível a partir de resíduos agrícolas, como cascas de arroz e milho, afirma Renato Godinho, responsável pela plataforma no Itamaraty.

Segundo ele, os biocombustíveis podem substituir os combustíveis fósseis onde outras tecnologias não estão disponíveis. "Compete com o combustível comum e não com a eletrificação", diz Godinho. Segundo ele, o biocombustível será mais viável que baterias elétricas para a frota de carga, como caminhões.

Com 20 países-membros, a plataforma passa a ser secretariada pela Agência Internacional de energia, sediada em Paris. O Brasil continua na presidência do grupo.

A jornalista viajou a convite da ONG Bread for the World.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/12/2018

Seção: Colunas

Autor: João Pedro Pitombo e João Valadares

Título: Pós-eleição, Nordeste tem cortes e 'tarifaço

Governadores reeleitos da região priorizam no fim de mandato medidas de austeridade e até fazem privatizações

Salvador e Recife- Reeleitos em outubro e responsáveis por fazer do Nordeste o principal enclave da centro-esquerda no país, os governadores da região adotaram medidas de austeridade, seguindo uma linha semelhante à que deve ser adotada pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Poucas semanas depois de terem sido reeleitos nas urnas, os governadores da Bahia, Piauí, Alagoas e Pernambuco anunciaram medidas para ampliar a arrecadação e reduzir despesas nos próximos quatro anos. Eles afirmam que não veem um cenário de retomada da economia brasileira já em 2019 e que os governos estaduais devem seguir com baixa arrecadação.

Na Bahia, o governador Rui Costa (PT) apresentou no último dia 3 um pacote que inclui o corte de cargos comissionados, além da extinção e privatização de empresas estatais como Conder e Bahia Pesca.

"Vamos reduzir os custos da máquina pública para possibilitar que a gente mantenha economia do estado funcionando, para poder tomar empréstimos, fazer obras e tocar a Bahia como tocamos nos últimos anos", disse Costa.

Ele também anunciou, sob protesto do funcionalismo, a ampliação de 12% para 14% da alíquota de contribuição previdenciária para servidores.

Ele justificou a necessidade do ajuste alegando que déficit anual da previdência do governo baiano saiu de R\$ 2,4 bilhões em 2015 para R\$ 4,1 bilhões em 2018.

As medidas foram fortemente criticadas pela oposição. O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), chegou a classificar como "estelionato eleitoral" o pacote proposto pelo governador, as comparando com as medidas adotadas pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) no país em 2015, após ser reeleita.

No Piauí, o governador Wellington Dias (PT) suspendeu a contratação de novos contratos de locação de veículos, consultorias, assessorias jurídicas, compra de passagens aéreas e pagamento de diárias, com exceção de atividades de fiscalização e segurança pública.

Também determinou a redução de 25% dos contratos de mão de obra terceirizada e aquisição de combustíveis.

Reeleito para mais um mandato em Alagoas, Renan Filho (MDB), prometeu "fazer uma dieta" nas contas públicas no próximo mandato.

"Por dieta, entenda: rever contratos, avaliar a necessidade de cada estrutura estatal, valorizar cada centavo do dinheiro público. Esse é o único caminho para garantir solidez fiscal", afirmou.

Secretário estadual da Fazenda de Alagoas, George Santoro afirma que todos os contratos com valor acima de R\$ 1 milhão serão revistos e renegociados. "A gente está se preparando para um cenário bastante difícil no próximo ano. 2019 será um ano difícil, de transição, mas estamos nos organizando para enfrentá-lo", disse o secretário à Folha.

Além da renegociação dos contratos, Santoro também afirma que o governo estuda uma nova formatação da máquina pública com possível redução de órgãos e secretarias: "Não será o corte pelo corte. Vamos buscar eficiência", diz.

Em Pernambuco, o governador Paulo Câmara seguiu no sentido contrário se seus colegas de outros estados nordestinos: em vez de anunciar medidas de contenções de gastos, propôs o aumento de tributos para conseguir viabilizar promessas de campanha.

O pessebista conseguiu aprovar em regime de urgência na Assembleia de Pernambuco, pacote fiscal que prevê o aumento da alíquota do ICMS de vários produtos.

Foram reajustados em dois pontos percentuais o ICMS de mercadorias como água, refrigerantes, bebidas alcoólicas, etanol, joias e determinados tipos de carros e motos. Em contrapartida, o governo reduziu a tributação sobre o diesel.

O tarifaço foi a fórmula encontrada por Câmara para cumprir uma das suas principais promessas de campanha: o pagamento do 13º em Pernambuco para famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Os deputados aprovaram a criação da chamada nota fiscal solidária. A lei determina o pagamento de até R\$ 150 para aquelas pessoas que integram o Bolsa Família. Para receber essa parcela extra, o governo estipulou que as famílias precisam gastar até R\$ 250 por mês com alimentos e produtos de limpeza.

A medida gerou polêmica e causou forte reação da oposição. A deputada Priscila Krause (DEM) criticou o aumento dos impostos como forma de cumprir promessas.

O governador pernambucano ainda não anunciou se vai encaminhar à Assembleia Legislativa projeto de reforma administrativa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2018

Seção: Economia

Autor: LUCIANA COLLET.

Título: Eletrobrás vende Amazonas Energia

Estatel vai assumir R\$ 13 bi em dívidas da distribuidora e consórcio comprador, outros R\$ 2,2 bi; liminar judicial tentou suspender leilão

A Eletrobrás vendeu ontem a distribuidora de energia do Amazonas para o consórcio formado pelas empresas Oliveira energia e Atem, da região Norte. Elas fizeram a única oferta pela empresa no leilão de privatização, que chegou a ser alvo de uma liminar de trabalhadores da Eletrobrás.

Como previsto no edital, a estatal assumirá R\$ 13 bilhões em dívidas da empresa amazonense, enquanto os compradores ficarão com R\$ 2,2 bilhões em débitos. A maior parte das dívidas da unidade é com a Petrobrás, pelo fornecimento de combustíveis para térmicas da empresa. Os novos donos da Amazonas energia, que já haviam vencido o leilão da distribuidora Boa Vista, de Roraima, se comprometeram a fazer um aporte de R\$ 491 milhões na empresa.

O leilão da distribuidora já havia sido adiado diversas vezes por falta de interessados. A privatização da subsidiária da Eletrobrás era uma preocupação para a União, porque se ela não fosse vendida teria de ser liquidada – o que provocaria um rombo de cerca de R\$ 5 bilhões para o próximo governo. Em 2016, a Eletrobrás desistiu de tocar a distribuidora depois de anos de prejuízos acumulados e operava a empresa em um regime precário de designação, à espera do leilão.

Ontem, o ministro de Minas e energia, Moreira Franco, avaliou que a venda da Amazonas energia é “um avanço e uma vitória enorme”. Segundo ele, essa é a distribuidora da Eletrobrás com mais prejuízo, que dá mais problema, que presta o serviço de pior qualidade e com energia mais cara. “É o retrato de tudo aquilo que não queremos no Brasil”, disse.

“A energia ali não era limpa, não era abundante, e os preços não eram justos.” Logo após a batida de martelo, uma liminar obtida por trabalhadores da Eletrobrás pedindo a suspensão do leilão colocou em dúvida a validade do processo.

Ontem à noite, a empresa divulgou uma nota dizendo que, por não ter sido intimada, a decisão judicial valia apenas para o próximo leilão e não para este. A liminar condiciona a eficácia do leilão à apreciação de um órgão especial da Justiça do Trabalho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2018

Seção: Internacional

Autor:

Título: Putin manda aviões para manobras na Venezuela

Chavismo intensifica retórica antiamericana e recebe bombardeios com capacidade nuclear como parte de exercício militar conjunto com Rússia

CARACAS

A Rússia enviou para a Venezuela dois bombardeiros com capacidade nuclear para manobras militares entre os dois países. Segundo o Ministério da Defesa venezuelano, os exercícios servirão para "preparar a defesa do país, caso seja necessário". No fim de semana, o governo chavista voltou a intensificar sua retórica contra os Estados Unidos, a quem acusa de sabotagem econômica. Os dois aviões Tu-160 chegaram ontem ao aeroporto de Maiquetía, nos arredores de Caracas, depois de uma viagem de 10 mil quilômetros. Segundo o Ministério de Defesa da Rússia, as aeronaves percorreram o espaço aéreo internacional estritamente dentro da lei e foram escoltadas, em alguns momentos da viagem, por caças noruegueses.

Os aviões, que foram utilizados nas operações militares russas na Síria, foram acompanhados também de um avião cargueiro An-124 e de um avião de passageiros Il-62. O Tu-160 é capaz de carregar mísseis nucleares e convencionais com alcance de até 5,5 mil quilômetros. "Devemos dizer ao povo venezuelano e ao mundo que cooperamos (com a Rússia) em várias áreas e também nos preparando para a defesa da Venezuela até o último palmo de terra, caso seja necessário", afirmou o ministro de Defesa venezuelano, Vladimir Padrino. Ainda de acordo com Padrino, o envio dos aviões são o episódio mais recente da cooperação militar entre os dois países, que já rendeu milhões de dólares em vendas de armas russas nos últimos anos.

O general disse que outros países sul-americanos criaram desequilíbrios políticos e militares nos últimos anos, em uma referência velada à cooperação militar entre os Estados Unidos e a Colômbia. "Ninguém tem nada a temer. Construímos a paz e não a guerra", disse Padrino. A última vez em que a Rússia adotou medidas similares de enviar aviões de combate para a Venezuela foi durante a Guerra da Geórgia, em 2008, quando a tensão entre Moscou e Washington cresceu em razão do apoio americano à ex-república soviética do Cáucaso.

Na semana passada, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, visitou a Rússia, onde discutiu a dívida venezuelana com o presidente Vladimir Putin, que se tornou nos últimos anos um dos principais financiadores do chavismo. Embora a maioria dos governos latino-americanos rejeite uma intervenção militar na Venezuela, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, disse que a opção não poderia ser descartada.

Oficialmente, o governo americano garante que todas as opções para o retorno da democracia à Venezuela estão sendo consideradas, incluindo a militar. / AP e AFP

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2018

Seção: Economia

Autor: Tânia Monteiro e Anne Warth/ BRASÍLIA

Título: Futuro ministro de Minas e Energia diz que concluir Angra 3 é prioridade

Usina nuclear. Almirante Bento Costa Lima vê necessidade de concluir usina para que o País não corra o risco de apagão com retomada do crescimento; projeto, que já custou R\$ 8 bilhões, está parado e exigiria mais R\$ 15 bilhões para ser concluído

O futuro ministro de Minas e energia, almirante Bento Costa Lima de Albuquerque Júnior, disse ao 'Estado' que a conclusão da usina nuclear Angra 3 "é uma das prioridades" da sua gestão. Segundo ele, seriam necessários pelo menos R\$ 15 bilhões para concluí-la e isso não aconteceria antes de 2023. Angra 3 já consumiu ao menos R\$ 8 bilhões dos cofres públicos.

"Mas ela tem de ficar pronta, pela demanda reprimida que temos ou pela demanda reprimida que teremos, com a volta do crescimento do País." Para o almirante, mesmo com a retomada do crescimento econômico, não há risco de apagão em um primeiro momento. Mas como o plano é que o País atinja um crescimento continuado, ele vê necessidade de se investir em Angra 3.

Reconhece, no entanto, que nem a União nem a Eletrobrás têm recursos suficientes para a conclusão da planta nuclear, que está paralisada e com menos de 60% de execução. O futuro ministro disse também não saber que modelo será desenhado para conclusão da usina. "Mas isso tem de ser definido na maior brevidade possível." Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser erguida em 1984.

Suas obras prosseguiram até 1986, mas depois ficariam paralisadas por 25 anos, até serem retomadas em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O empreendimento travaria novamente em 2015, por causa de denúncias da Lava Jato. Hoje, o Brasil possui apenas duas usinas nucleares, Angra 1 e 2, que respondem por apenas 1,3% da energia total que é produzida no País.

Angra 3 teria capacidade de 1.405 megawatts. A hidrelétrica de Teles Pires, por exemplo, tem potência de 1.820 megawatts e custou R\$ 3,9 bilhões. Com o custo total de Angra 3, portanto, seria possível construir seis hidrelétricas de Teles Pires, com uma geração total de 10.920 megawatts. Desistir de Angra 3 também teria um custo para os cofres públicos: seriam gastos R\$ 12 bilhões para quitar empréstimos bilionários e desmontar a estrutura.

A retomada da usina já estava em estudo pelo governo de Michel Temer, que chegou a dobrar para R\$ 480 por megawatt / hora a tarifa que será cobrada dos consumidores quando ela entrar em operação. Com uma tarifa mais alta, o governo pretendia atrair investidores para financiar a conclusão do projeto. O plano de terminar Angra 3, no entanto, não tem apoio de parte do setor de energia.

O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores, Edvaldo Alves de Santana, disse que a usina ficou muito cara. “A energia nuclear é uma solução técnica importante, pois substitui as usinas hidrelétricas com grandes reservatórios como uma alternativa de energia firme. Mas é inviável por esse preço.” Segundo ele, a análise da retomada da usina não deve ser feita apenas sob o ponto de vista técnico, mas também financeiro.

“Repassar essa conta para o consumidor não me parece razoável.” Para o presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso, não há risco de faltar energia para abastecer o País nos próximos anos, como mostram análises do governo e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). “Só faz sentido terminar Angra 3 considerando o risco de apagão se não houvesse tempo para investir em outras tecnologias mais competitivas.

Mas Angra 3 só ficaria pronta em 2026, portanto, há tempo para isso”, disse. Um estudo recente da PSR mostra que a energia gerada por Angra 3 poderia ser substituída por usinas solares e ainda assim o custo seria menor

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2018

Seção: Economia

Autor: Dayanne Sousa

Título: Em ano de eleição, chineses fazem só 28% dos aportes projetados no Brasil

Dinheiro de fora. De janeiro a outubro, investimentos no País somaram US\$ 1,5 bilhão, ante a previsão inicial de US\$ 5,4 bilhões para 2018; apesar dessa

demonstração de cautela, conselho empresarial chinês diz não acreditar em mudança na relação entre as nações

Depois de três anos consecutivos de crescimento, os investimentos chineses no Brasil recuaram em 2018, segundo dados preliminares apresentados ontem pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Entre janeiro e outubro deste ano, só 28% dos investimentos anunciados por empresas chinesas foram concretizados, o que a entidade considera uma consequência do cenário de instabilidade política no Brasil.

De janeiro a outubro, foram confirmados US\$ 1,5 bilhão em investimentos chineses no País, em 14 projetos. Considerando anúncios não confirmados neste ano, havia expectativa de uma injeção de US\$ 5,4 bilhões para 2018 no Brasil – essa diferença evidencia um compasso de espera de investidores chineses.

“Foi um ano de instabilidade, o que deixou o investidor estrangeiro, não apenas o chinês, mais apreensivo”, explicou Tulio Cariello, pesquisador da CEBC. Em 2017, no entanto, haviam sido concretizados um total de US\$ 8,8 bilhões.

O montante superou os US\$ 8,4 bilhões do ano anterior e atingiu o maior nível desde 2010 (veja quadro ao lado). Ainda que os investimentos chineses devam ter forte queda em 2018, o interesse pelos grupos da China pelo País foi forte ao longo dos últimos dez anos, período no qual os aportes somaram US\$ 55 bilhões.

Infraestrutura.

Segundo o cônsul comercial da China em São Paulo, He Jun, o crescimento dos investimentos chineses foi consequência de uma combinação de crescente interesse de empresários do país em diversificar negócios, do relacionamento bilateral e da expansão de oportunidades para a compra de estatais brasileiras. O maior volume de investimentos no Brasil em 2017 foi para o setor elétrico.

Mais de US\$ 6 bilhões foram investidos em projetos no setor. Os US\$ 2,8 bilhões restantes foram aplicados em segmentos como agronegócio e logística. Em energia, empresas como a Shanghai Eletric e a Spic Pacific Energy passaram a operar projetos hidrelétricos no Brasil. Gigantes como a China Three Gorges e a State Grid também ganharam musculatura.

A State Grid foi responsável por uma das maiores transações do País, ao adquirir o Grupo CPFL energia. Entre a compra do controle (da Camargo Corrêa) e de ações no mercado, a empresa desembolsou R\$ 25 bilhões.

Relações.

Apesar do impacto da instabilidade político-econômica, Cariello disse não esperar recuo na relação bilateral com a China no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Questionado sobre a visão de membros no novo governo – de que a China “está comprando o Brasil” –, Cariello lembrou que os dados apontam para a existência de investimentos de empresas chinesas em construção de novas fábricas e em projetos de modernização que não ocorrem por meio de aquisições.

“De forma geral, acredito que não haveria prejuízo (às relações Brasil-China) devido à maturidade que os países atingiram. A relação bilateral atingiu um nível tão alto que dificilmente algum governo conseguiria minar isso”, afirmou. O cônsul comercial da China minimizou o impacto da eleição de Bolsonaro.

Sem citar diretamente o presidente eleito, ele afirmou que “durante as eleições, houve vozes não amistosas em relação aos investimentos”. Para He Jun, no entanto, a animosidade não reflete a realidade. “Os investimentos chineses são bons para o desenvolvimento econômico do Brasil.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Megaleilão do pré-sal pode ficar para junho

O governo quer marcar para meados de junho de 2019 a data do megaleilão de petróleo na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), colegiado de ministros liderado pelo Ministério de Minas e energia (MME). A reunião do CNPE está marcada para o dia 17 deste mês.

O Tribunal de Contas da União (TCU) também deve julgar na próxima quarta-feira a análise da revisão do contrato da chamada cessão onerosa, acordo fechado entre a União e Petrobrás em 2010. O acordo permitiu à Petrobrás a exploração de petróleo em campos do pré-sal, na Bacia de Santos. A expectativa do governo é que o tribunal possa dar sinal verde para a assinatura do aditivo.

A definição da data será o primeiro passo para o leilão e, ao mesmo tempo, servirá como data-limite para que União e Petrobrás cheguem a um acordo sobre os termos da revisão do contrato de cessão onerosa. Depois de mais de

dois anos de negociação entre as partes, a estratégia é agilizar as negociações, mesmo sem a aprovação do projeto de lei pelo Senado, que destrava a negociação de revisão do acordo.

O governo não conta mais com a aprovação do texto. O acordo de cessão onerosa permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo, sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões à União. Durante a exploração, no entanto, viu-se que a área tem muito mais do que 5 bilhões de barris e é o óleo que excede esse volume que o governo pretende licitar.

Autoridades têm estimado que um leilão dos excedentes da cessão onerosa poderia arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões ao governo em bônus de assinatura, além de gerar arrecadação futura para a União, uma vez que a licitação ocorreria no modelo de partilha de produção. Nesse regime a União fica com parte do óleo produzido. Há preocupação no governo em aprovar o leilão ainda neste ano, para evitar que todos os detalhes que dizem respeito ao tema sejam rediscutidos no ano que vem.

A revisão do contrato e o leilão do excedente caminham juntos, e, caso o pré-acordo não seja fechado até o fim deste ano, há risco de que todas as discussões e o trabalho realizados sejam perdidos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2018

Seção: Coluna

Autor: Sonia Racy

Título: Megaleilão do pré-sal pode ficar para junho

Trabalho conjunto

Entre as propostas que Ricardo Salles, futuro ministro do Meio Ambiente, pretende levar a Brasília está a de replicar o que fez no Estado de SP. “Para dar maior celeridade a decisões e processos ambientais, criamos em certas secretarias, como Transporte e Recursos Hídricos, um núcleo ambiental para se comunicar direto com a nossa área”, contou Salles ontem à coluna. Esse desenho, somado a investimentos em tecnologia – “queremos colocar tudo online, com transparência, como fizemos na Cetesb” –, dará embasamento e agilidade aos procedimentos.

Trabalho 2

O Ibama, por exemplo, segundo Salles, é pouco transparente e nada eletrônico. “É um dos motivos é a falta de digitalização...” O MMA, diz o novo ministro, não pode agir como “quase inimigo dos outros todos”.

Seriedade

Nem bem o nome de Salles foi escolhido por Bolsonaro e a polêmica se instalou. Ele é próximo dos ruralistas? Vai acabar com o meio ambiente brasileiro? Tem base jurídica o processo que o MP move contra ele? Pelo que se apurou, o escolhido fez boa gestão na secretaria de Alckmin em SP. E, na visão de ambientalistas como Fabio Feldman, suas ações foram fundamentadas. “Não comungo do seu perfil conservador mas ele é muito sério”, disse o ex-deputado à coluna.

Seriedade 2

O nome de Feldmann circula na internet como um dos 600 citados na lista de inimigos de Bolsonaro. “Não sei como fui parar em uma lista dessas, mas torço para que o novo governo dê certo.”

Ah, o mensalão

O STF retoma amanhã o julgamento sobre as multas de réus do... mensalão. Decidir o quê? Se a cobrança cabe ao MP ou à Fazenda Pública. Via Fazenda, quem cumpre a pena pode ter o caso extinto sem pagar as prestações. Ação parecida entrou na pauta mas acabou saindo... para ser decidida junto com este caso concreto do mensalão.

Túnel de vento

Empresas interessadas em produzir energia eólica têm a partir de hoje como testar e projetar com precisão seus sistemas. Furnas está inaugurando, em Aparecida de Goiânia (GO), o primeiro Túnel de Vento do País. Tem 27 metros.

‘NEM FAMÍLIAS VISITAM AS MULHERES PRESAS’

DIREITOS

No dia em que deixou de ser presidente do Supremo e do CNJ, Cármen Lúcia já estava informada sobre onde se encontravam as 483 presas grávidas ou lactantes do Brasil. “Todas foram ouvidas pela juíza auxiliar”, disse à plateia – inteira feminina – que assistiu ao encontro da Human Rights Watch sobre “Mulheres, Direitos e Poder”, ontem, na Casa Manioca, no Jardim Paulistano.

Participou também da conversa a desembargadora Kenarik Boujikian, do TJSP – conhecida pelo ativismo em direitos humanos e por ter condenado Roger Abdelmassih a 278 anos de prisão em 2010. As duas falaram sobre a mulher como vítima e sobre a presa grávida, em painel com a diretora da HRW no Brasil, Maria Laura Canineu, e a jornalista Ana Paula Padrão.

“A fila de espera para visitar em presídios masculinos é enorme. A maioria das visitas é de mulheres, que vão ver seus filhos, seus maridos. Já no presídio feminino, não vai ninguém. Nem as famílias”, alertou a ministra. Na visão de Cármen e Kenarik, a mulher encarcerada é tratada com mais dureza pela sociedade.

“Há cobrança para que as mulheres sejam recatadas e do lar. Então, uma mulher não pode praticar crime. E (quando os comete) tudo com elas é mais cruel”, lamentou a desembargadora. Kenarik deu um exemplo de como o próprio Judiciário encontra mecanismos para punir mulheres descartando direitos previstos em lei: as que tentam um aborto caseiro, que passam por complicações médicas e vão parar no hospital são muitas vezes alvo de processo criminal com base em depoimentos de profissionais da saúde.

“E os juízes assinam em baixo. Mas isso não é uma prova permitida, em razão do sigilo médico”, explicou. Sobre o caso de Abdelmassih, Kenarik disse ter aprendido na prática o que pesquisas já dizem: mulheres vítimas de violência sexual não confiam na Justiça. “As pessoas perguntam por que elas demoram para noticiar o crime.

Mas o que damos, como Estado, de suporte para que essa mulher faça algo? É muita dor para você levar para a frente de um estranho”, argumentou. E garantiu à plateia, com a voz abatida, que nunca chora quando está em audiência.

PAULA REVERBEL

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: BBCE quer antecipar derivativos para 2019

A BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, planeja lançar no próximo ano um mercado de derivativos de energia elétrica. A empresa vai apresentar neste mês à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de licença para se tornar entidade administradora de mercado organizado.

"Tão logo seja aprovada a medida, consequentemente a BBCE estará habilitada a ser um mercado de derivativos, ainda que derivativos bilaterais, o que favorece não só na formação de preço de energia, mas na criação de liquidez e operação de hedge e proteção em cima de quem tem posições físicas", disse o presidente da BBCE, Victor Kodja. Segundo ele, o plano foi antecipado em um ano, devido ao rápido crescimento das operações registradas na BBCE.

No acumulado do ano até o fim de novembro, a BBCE contabilizou 153 gigawatts-hora (GWh) de energia transacionada em suas duas plataformas, com uma movimentação financeira de R\$ 38 bilhões. O volume de energia negociado é mais de dez vezes superior ao registrado em igual período de 2017. A BBCE possui duas plataformas: uma para compra e venda de energia e outra apenas para registros e formalização digital de contratos firmados por duas partes.

Para o próximo ano, a BBCE prevê um crescimento de 16% dos volumes de energia transacionados na plataforma, totalizando 9 mil megawatts (MW) médios por mês. Segundo Kodja, 25% de todos os contratos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passam pela BBCE.

Devido ao crescimento observado este ano, a BBCE, que prevê lucro líquido de R\$ 10 milhões em 2018, vai ampliar investimentos em tecnologia da informação em 2019, para R\$ 3,6 milhões. O montante é mais que o dobro do investido neste ano, de R\$ 1,5 milhão.

Os investimentos da BBCE na área digital têm atraído o interesse de mais comercializadoras. A última foi a Pacto Energia, que em novembro adquiriu a participação da Bolt Comercializadora no capital social da BBCE. Hoje, a empresa de plataforma eletrônica conta com 32 comercializadoras como acionistas, totalizando um capital social de R\$ 16,5 milhões. Ainda está em negociação a entrada de mais uma comercializadora este ano e de outras duas em 2019.

"Investimentos em digitalização serão cada vez mais constantes e, com a reformulação do setor elétrico, vão ser altamente necessários. O que estamos fazendo é nos antever a todo esse movimento para quando ele chegar, estarmos preparados, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista operacional", disse o presidente da Pacto Energia, Rodrigo Pedroso. A aquisição

da participação na BBCE foi o primeiro movimento de crescimento inorgânico da empresa

Outra comercializadora que está investindo em digitalização é a Máxima Energia. Com apenas um ano de operação, a companhia já alcançou R\$ 1,3 bilhão em faturamento, a partir de mais de 4.500 negócios firmados e com mais de 300 contrapartes.

Segundo o fundador e presidente da empresa, Rafael Bispo, a companhia conta uma equipe de especialistas do setor e programadores para dar um viés tecnológico no tratamento da comercialização da energia. O resultado é a maior rapidez nas tomadas de decisão. "Somos uma empresa de energia com um viés tecnológico", explicou Bispo. "Entramos e saímos de posição de forma muito rápida. Isso foi um grande avanço no setor".

Na sexta-feira, a empresa foi uma das vencedoras do leilão A-2, negociando 4 MW médios de energia, por R\$ 160,28/MWh, com fornecimento entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021.

Segundo Bispo, a Máxima já está entre as sete maiores comercializadoras independentes de energia. O executivo não descarta no futuro negociar uma participação da empresa para fundos de investimento internacionais interessados no mercado livre de energia do Brasil. "Mas hoje estou mais preocupado em construir esse arcabouço [tecnológico da empresa]", afirmou.

Bispo esteve recentemente com representantes de fundos nos Estados Unidos, que demonstraram interesse em investir no setor. "Há uma série de pontos que, se emplacarem, vão acelerar muito a abertura do mercado livre", explicou.

De janeiro a outubro deste ano, as despesas do governo com os subsídios nos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) somaram R\$ 6,653 bilhões, segundo o 5º boletim bimestral sobre subvenções divulgado na sexta-feira pelo Tesouro Nacional. Em todo o ano de 2017, os subsídios somaram R\$ 23,546 bilhões. Os valores estão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro.

Apesar de a despesa estar caindo, em 10 anos ela já custou aos cofres públicos R\$ 251,346 bilhões, dos quais R\$ 179,380 bilhões se referem a subsídios concedidos em empréstimos do BNDES e R\$ 71,965 bilhões a subsídios financeiros, como os do PSI. Mas esse gasto ainda deve se expandir ao longo do tempo.

Até 2060, o governo ainda deve desembolsar quase R\$ 90 bilhões, sendo R\$ 80,9 bilhões para custear subsídios creditícios e o restante os subsídios financeiros, conforme valores trazidos a valor presente pelo Tesouro Nacional.

"Os subsídios financeiros projetados alcançam R\$ 9,2 bilhões e os subsídios creditícios alcançam R\$ 80,9 bilhões, a valor presente. Quanto aos subsídios financeiros, que decorrem unicamente do PSI, os financiamentos no âmbito deste programa já finalizaram e estão sendo amortizados ao longo do tempo, de modo que as subvenções são calculadas sobre saldo devedor que vem gradativamente se reduzindo", informa o Tesouro.

Apesar desses gastos com subsídios serem considerados elevados pela equipe econômica, os desembolsos caíram relação em relação ao estimado no mesmo período de 2017. "Ao se comparar o valor dos subsídios financeiros e creditícios realizados até o 5º Bimestre de 2018 com os do mesmo período de 2017 (disponível no Boletim do 5º Bimestre de 2017), observa-se redução significativa."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Edna Simão

Título: Equipe de Bolsonaro confia no TCU para garantir leilão de cessão onerosa

Eduardo Guardia: cessão onerosa também era prioridade para atual governo

A equipe econômica do futuro governo de Jair Bolsonaro espera que o Tribunal de Contas da União (TCU) garanta o leilão da cessão onerosa mesmo que o projeto de lei sobre o tema não avance no Congresso. A intenção é conseguir dos ministros aval para garantir a disputa e, em consequência, os mais de R\$ 100 bilhões em receitas estimados para a União.

As discussões sobre a cessão onerosa acabaram afetadas pelo projeto tramitando no Congresso em que 20% dos recursos arrecadados com o leilão poderiam acabar divididos com Estados e municípios. Mas o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, se posicionou contra compartilhar a receita sem uma contrapartida fiscal dos entes subnacionais. Em sua visão, destinar os recursos sem estabelecer tais condições faria com que governadores e prefeitos gastassem os montantes rapidamente em despesas correntes - como

pagamento de servidores. Além disso, a transferência poderia afetar o cumprimento do teto de gastos da União.

Em meio às discussões sobre a divisão dos recursos, a futura equipe econômica vê risco de o projeto de lei não avançar entre os parlamentares. A visão atual é que, caso o plenário do TCU dê respaldo para o leilão, a disputa poderia ocorrer mesmo sem o projeto. O tema foi incluído na pauta da próxima sessão extraordinária do TCU, marcada para amanhã. No dia 17 de dezembro, reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) discutirá as datas de leilões no setor e também deve tratar do assunto.

Por causa da relevância para as receitas no próximo ano e pela complexidade do assunto, a cessão onerosa é o principal tema sendo discutido atualmente pela futura equipe econômica no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) - onde ocorrem as reuniões de transição de governo. Apesar dos entraves, a equipe do futuro ministro Paulo Guedes ainda planeja o leilão para ocorrer em junho ou julho de 2019.

Em meio ao imbróglio, representantes do futuro governo intensificaram as conversas com o TCU. Conforme informou o **Valor** no mês passado, o órgão de controle garantiu que a análise sobre o tema pode ser rápida, o que permitiria o leilão no ano que vem. O posicionamento do órgão foi detalhado no mês passado a integrantes da equipe de transição em reunião da qual participaram três ministros do TCU. Eles demonstraram apoio ao entendimento técnico, o que levou Guedes e equipe a avaliarem a assinatura da revisão sem a necessidade de aprovação do projeto de lei.

Também é visto como um obstáculo a renegociação do contrato com a Petrobras, que tem o direito de explorar 5 bilhões de barris de óleo na área do pré-sal. Como descobriu-se que a região tem um volume muito superior a esse, o governo passou a negociar os termos com a estatal para poder leiloar o volume excedente - estimado em 10 bilhões de barris "extras". Para aceitar a mudança, no entanto, a estatal já sinalizou que espera receber da União ao menos US\$ 14 bilhões, mas o governo tem resistências. Parte importante das discussões, inclusive, é como fazer esse pagamento sem que as despesas ultrapassem o teto de gastos da União.

Como até agora o Executivo sempre entendeu que a revisão dos termos com a estatal era necessária para fazer o leilão no ano que vem, para que não se gere insegurança jurídica na disputa, a Petrobras sempre teve grande poder de barganha nas conversas. Agora, por causa da dificuldade na negociação, parte da equipe já defende não ser necessária a renegociação do contrato com a Petrobras como condição para que o leilão seja feito.

A cessão onerosa era uma prioridade também na equipe econômica do presidente Michel Temer. Na visão do time de Guardia, o leilão permitiria acelerar a exploração de petróleo e gerar renda, emprego e receitas públicas. Mesmo assim, o governo nunca conseguiu fazer com que o tema avançasse - o que levou a discussão a se estender e, agora, a ser tocada pela equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Cessão onerosa está na pauta do Senado

A Câmara dos Deputados e o Senado têm cinco propostas pautadas para votação esta semana com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

No Senado, estão dois projetos com alta chance de aprovação. Um deles, prioritário para as contas públicas, é a permissão para que a Petrobras venda o direito de exploração das áreas da cessão onerosa do pré-sal na bacia de Santos. O megaleilão, que deve resultar num bônus de assinatura estimado em R\$ 100 bilhões, ajudaria as contas públicas do governo federal, Estados e municípios. Um impasse entre o Ministério da Fazenda e o Congresso, contudo, está travando a votação da proposta e pode fazer com que ela não seja votada este ano.

Na Câmara, estão três propostas com alta probabilidade de aprovação em seis meses. Com impacto bilionário, o projeto de lei 10160/2018 dá um desconto de 75% no Imposto de Renda para as empresas que investirem nas regiões das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), além de expandir o benefício para as do Centro-Oeste (Sudeco). Se aprovado, o texto segue para sanção presidencial. O levantamento do Cebrap/Ello considerou as 50 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário ou terminativa nas comissões da Câmara e do Senado. A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Fernando Moraes****Título: Eletrobras vende Amazonas Energia para Norte Oliveira**

Thais Prandini, da Thymos Energia, disse que consórcio vencedor pode receber a entrada de outros três integrantes

A Oliveira Energia é produtora independente de energia, responsável por várias termelétrica nos sistemas isolados, e a Atem é distribuidora de petróleo. O consórcio ficou conhecido ao arrematar a distribuidora Boa Vista Energia, de Roraima, em um leilão em agosto.

A privatização marcou a principal vitória de Wilson Ferreira Junior à frente da Eletrobras. Em 31 de dezembro de 2016, data considerada na avaliação do ativo pelo BNDES, a Amazonas Energia tinha passivos de curto prazo, com vencimento menor que 12 meses, de R\$ 6,256 bilhões, e passivos de longo prazo de R\$ 14,2 bilhões. Nessa data-base, o patrimônio líquido era negativo em R\$ 9,334 bilhões, e os prejuízos acumulados somavam R\$ 14 bilhões. Nos últimos cinco exercícios encerrados em 2016, a distribuidora acumulou prejuízos de R\$ 10,2 bilhões, evidenciando sua má performance.

A Amazonas Energia será vendida com uma dívida de R\$ 2,2 bilhões. Além disso, o comprador terá a obrigação de fazer uma capitalização imediata de R\$ 491 milhões, e investimentos de R\$ 2,7 bilhões nos próximos cinco anos.

Para fazer frente às obrigações, o consórcio Oliveira/Atem pode receber a entrada de outros três integrantes nos próximos meses, disse Thais Prandini, diretora-executiva da Thymos Energia, consultoria assessora do consórcio no negócio.

Além disso, a Oliveira Energia está em contato com três agências de crédito a exportação para viabilizar os investimentos necessários nos próximos anos, incluindo a francesa Proparco e a alemã DEG.

Nos últimos cinco exercícios encerrados em 2016, a distribuidora acumulou prejuízos de R\$ 10,2 bilhões

Sobre a dívida assumida pela Oliveira, Thais destacou que não é de curto prazo e deve se encaixar no fluxo de caixa da distribuidora. Além disso, ela citou que a Medida Provisória (MP) 855 retira a glosa de recebíveis de conta de consumo de

combustíveis (CCC) da distribuidora nos próximos cinco anos, o que melhora a saúde financeira da distribuidora. "Todo o investimento inicial tem um fluxo bastante arrumado, bastante saudável para a empresa", disse.

A Eletrobras, por sua vez, vai assumir R\$ 13 bilhões da dívida, que se referem, segundo Ferreira, a passivos com a Petrobras. A companhia tem ainda cerca de R\$ 5 bilhões em créditos de fundos setoriais que ainda não foram concretizados, e estão em discussão com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"A Eletrobras não podia fazer investimento na empresa nos últimos dois anos e as pessoas tinham que trabalhar com muita criatividade", disse o presidente da estatal. Segundo Ferreira, ainda assim, houve melhora nos indicadores de qualidade do serviço prestado, o que mostra que, nas mãos de uma empresa privada, as melhoras podem ser ainda mais significativas.

O presidente da Eletrobras comentou que muitos afirmam não conhecer a Oliveira Energia. "Talvez, 15 anos atrás, ninguém conhecesse a Equatorial. O que transforma uma empresa dessa numa potência como a Equatorial? A perspectiva da operação dessas distribuidoras", disse Ferreira, lembrando que a Equatorial recuperou a concessão da Cemar, no Maranhão.

O segredo, segundo o executivo, é trazer pessoas especializadas e reconhecer que as distribuidoras precisam de melhorias. Ele citou as contratações da Oliveira para o desafio, como Flávio Decat, ex-presidente de Furnas, hoje responsável pela estratégia do grupo, e a própria Thymos. "Esse pessoal se cercou de gente muito qualificada para fazer um trabalho semelhante ao feito no passado pela Equatorial", completou.

Apesar do clima de comemoração, momentos após o certame, as autoridades presentes foram surpreendidas com a presença de um advogado do escritório Garcez, que comunicou que o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro, concedeu liminar suspendendo o certame. Na decisão, o desembargador Marcos de Oliveira Cavalcante acolheu parcialmente o pleito que pedia a suspensão das privatizações de distribuidoras até que fossem feitos estudos sobre impacto das privatizações dessas empresas para os trabalhadores das companhias.

Os executivos reagiram com tranquilidade à informação. "Justiça é algo que se tem que respeitar, mas temos direito a ampla defesa e faremos isso diretamente pela AGU e pelos órgãos adequados", afirmou Ferreira.

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, a decisão não deve afetar o leilão de ontem. A decisão suspendeu a eficácia "dos leilões remanescentes", mas foi publicada às 17h19, momentos depois que o martelo simbolizando a venda da Amazonas

Energia tinha sido batido. Com isso, teria efeito apenas para suspender a venda da Ceal, do Alagoas, cujo certame está marcado para 19 de dezembro.

Outro ponto é que a decisão anula os efeitos da assembleia geral extraordinária (AGE) da Eletrobras de fevereiro, que aprovou os modelos de venda das distribuidoras. Há, contudo, uma liminar do Tribunal Superior do Trabalho (TST), instância superior, mantendo a validade da assembleia em questão. A liminar do TST é de agosto, e segue válida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Statkraft assume ativos da EDP e planeja expansão

Lapuerta, presidente no país: fase de crescimento, mundialmente, com foco no segmento de energias renováveis

A Statkraft, estatal norueguesa de geração de energia elétrica, prevê triplicar de tamanho no Brasil nos próximos anos. A companhia, uma espécie de "Eletrobras da Noruega", concluiu em novembro a aquisição de oito pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) do grupo português EDP no Espírito Santo e detém agora 450 megawatts (MW) de capacidade instalada operacional no país. A empresa enxerga boas perspectivas de crescimento no Brasil a partir do próximo governo e das mudanças em curso no setor elétrico.

"A Statkraft está em uma fase de crescimento em nível mundial e focada, principalmente, em energias renováveis. E, dentro desse crescimento, ela tem selecionado vários países prioritários. Dentre eles, está o Brasil", afirmou ao Valor Fernando de Lapuerta, presidente da Statkraft no país. "Nossa ideia seria, nos próximos anos, no mínimo, triplicar de tamanho", destacou o executivo da geradora norueguesa.

Conforme Lapuerta, a expansão no país deverá se dar por três caminhos: crescimento orgânico, por meio de projetos de energia eólica e solar em leilões de energia no ambiente regulado; aquisições de ativos, como a recente operação firmada com a EDP; e comercialização de energia no mercado livre. Também está nos planos da companhia investimentos em geração distribuída (GD), a partir de micro e mini geração de energia solar, para o atendimento a consumidores empresariais no mercado livre.

"[GD] É certamente uma área que estamos avaliando também. É uma área que visa atender a necessidade de grandes clientes e também customizar soluções para eles e, portanto, encaixa bastante dentro do nosso DNA. É uma linha que estamos desenvolvendo e avaliando", disse ele.

Lapuerta afirmou estar otimista com o governo de Jair Bolsonaro, recém eleito, e as mudanças em curso na economia e no setor elétrico. "Conhecemos bastante o Brasil. É um país com muitas oportunidades de crescimento. E, as mudanças que estão acontecendo no país, a nível político, a nível regulatório, tudo isso faz com que estejamos otimistas. Somos investidores de longo prazo. Confiamos bastante no futuro do país", disse.

No fim de novembro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovaram a transferência do controle societário detido pela EDP nas oito PCHs no Espírito Santo, totalizando 132 MW, para a Statkraft Energias Renováveis SA (Sker). O valor do negócio foi de R\$ 704 milhões, incluindo uma dívida líquida estimada em R\$ 113 milhões.

A Sker é o braço de investimentos do grupo norueguês no Brasil. A empresa surgiu da antiga Desenvix, braço de energias renováveis da empresa de engenharia Engevix. Em 2011, a Statkraft adquiriu 40,65% de participação na empresa. Em 2015, a norueguesa fez novo aporte e passou a deter 81,31% de participação na empresa, que passou a ter o nome atual. Os restantes 18,69% pertencem à Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

Em âmbito global, a geradora norueguesa possui mais de 20 mil MW instalados, sendo mais de 99% a partir de fontes renováveis. A companhia tem faturamento global de 23,3 bilhões de coroas norueguesas, o equivalente a cerca de R\$ 10,7 bilhões.

MME / ASCOM .